

'CVM das CVMs' defende BC independente

Fonte: Folha de São Paulo - Online

Autor: TONI SCIARRETTA

Editoria: mercado

Publicada em: 06/10/2014 às 02h00

O sobe-e-desce do dólar e da Bolsa ao sabor das pesquisas de intenção de voto, que trouxe nervosismo, prejuízos e lucros aos mercados nas últimas semanas, é o resultado direto da falta de confiança dos investidores no que vai acontecer ao país com um ou com outro presidente.

Grande parte desse estresse, porém, poderia ser reduzido se o país tivesse instituições de Estado e agências reguladoras, como o Banco Central, independentes do governo e cujos mandatos dos dirigentes não coincidissem com o dos cargos eletivos em disputa.

A afirmação é do australiano Greg Medcraft, reeleito na semana passada, no Rio, presidente do conselho da **Iosco**, organização internacional que congrega os reguladores do mercado de capitais de todo o mundo.

"É tudo questão de confiança; se quiser ter a confiança dos investidores, especialmente os estrangeiros, o país tem que ter regras claras, que não mudam no meio do caminho, independentemente de quem for eleito. É por isso que a maioria dos países busca ter instituições de Estado que funcionem independentes do que acontece na política", disse à Folha.

No Brasil, o Banco Central não tem independência formalizada pela lei. A CVM, no entanto, é uma autarquia autônoma ligada ao Ministério da Fazenda. Seus dirigentes têm mandato que não coincidem com os do governo.

Medcraft reconhece que é normal a preferência dos investidores por um candidato em particular, especialmente aqueles cuja política econômica seja considerada pró-mercado. Nos EUA e na Europa, pró-mercado são as políticas de tendência liberal, favoráveis ao corte nos impostos e pouco intervencionistas nos negócios - políticas que ajudam a elevar o lucro das empresas e, portanto, os dividendos e o valor das ações.

CRIME FINANCEIRO

Na semana passada, a **Iosco** definiu os principais focos de atenção dos reguladores do mercado no mundo: o rearranjo do capital global (e as consequências para os pequenos investidores individuais e os fundos de pensão) após o fim dos estímulos financeiros do Federal Reserve (BC dos EUA) e as transações financeiras que ocorrem fora dos ambientes reguladores de bancos e das Bolsas de Valores.

"Essas transações [entre particulares] devem ser, pelo menos, com preço melhor do que ocorreria na Bolsa de Valores; do contrário não têm sentido de existir e podem ser manipulação de preços do mercado", disse.

Para Medcraft, os reguladores são cada vez mais desafiados no combate ao crime de vazamento de informação privilegiada (insider trading) e à manipulação dos preços dos ativos.

"O insider abala a confiança do mercado. O desafio é detectar o insider que cruza fronteiras, atua em diferentes mercados, e em negociações sofisticadas que envolvem índices e derivativos".

Segundo Medcraft, para acabar com insider e demais crimes do colarinho branco todos têm que saber que o "crime nunca compensa."

"O medo tem que ser muito superior ao incentivo para o crime. [O criminoso precisa saber que] nós temos o poder, os sistemas estão te monitorando e vamos te pegar. Você vai perder o seu emprego e ninguém mais vai contratá-lo. Vamos colocá-lo atrás das grades."



Australiano Greg Medcraft, presidente da Iosco, em NY (Foto: Victor J. Blue/Bloomberg)

[Relatório indica risco de suposta bolha de liquidez](#)

Fonte: Folha de São Paulo - Impresso

Editoria: Mercado

Publicada em: 06/10/2014 às 00h00

O fim dos estímulos financeiros nos EUA e o possível aumento dos juros americanos deixarão prejuízos, principalmente nos países emergentes inundados por esses recursos.

O alerta consta do Relatório de Riscos dos Mercados de Valores 2014-2015 da **Iosco**, organização que congrega os reguladores dos mercados de capitais.

O estudo constata que os preços dos ativos continuam subindo, enquanto a volatilidade (variação dos preços em relação ao histórico) segue baixa.

Isso seria resultado do que chamam de "bolha de liquidez", que aumenta as apostas e os riscos no mercado de capitais, mas que pode estourar quando os juros ficarem maiores nos mercados maduros.

"Todos se perguntam o que acontecerá quando os juros voltarem a subir nos EUA. Estamos todos preocupados, especialmente com os países emergentes que receberam recursos abundantes no pós-crise de 2009", disse Greg Medcraft, presidente da **Iosco**.

Para Werner Bijkerk, diretor de pesquisas da **Iosco**, os mais vulneráveis à reorganização dos fluxos de capitais em meio ao aumento dos juros americanos serão os investidores individuais e os fundos de pensão com capacidade limitada de proteção contra variação nos preços de ações e de moedas.

O presidente da CVM da Malásia, Ranjit Singh, sugere que os emergentes estudem formas de reter os recursos com produtos de investimento de longo prazo, como o financiamento de infraestrutura.

[Caffarelli defende mercado de capitais no financiamento de longo prazo](#)

Fonte: O Fluminense

Editoria: Economia

Publicada em: 05/10/2014 às 20h45

A utilização cada vez maior de mecanismos do mercado de capitais no financiamento de longo prazo, em que se sobressai o papel dos reguladores de valores mobiliários, foi defendida pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Rogério Caffarelli, durante a abertura da 39ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores (**Iosco**, na sigla em inglês).

Caffarelli disse que o Brasil tem um mercado de capitais rico e diversificado, mas que necessita avançar em profundidade e extensão. A nova agenda do mercado de capitais no país, após a superação da instabilidade macroeconômica e da hiperinflação, é focada no desenvolvimento de instrumentos de médio e longo prazo e na mobilização da poupança nacional, em um cenário de inserção internacional, destacou.

Segundo o secretário, o mercado de capitais é uma importante fonte de financiamento para as empresas e a economia brasileira. "Temos pela frente o desafio de deslanchar uma extensa pauta de investimentos, sobretudo em infraestrutura, que demandarão grandes investimentos e opções novas e criativas de investimento", disse.

Saiba Mais

Governo mantém meta fiscal de 1,9% do PIB este ano, diz Caffarelli

Números do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostram que entre 2014 e 2017 os projetos de infraestrutura no Brasil alcançam investimentos em torno de US\$ 500 bilhões, dos quais US\$ 195 bilhões são para a área de petróleo e gás. Embora a maioria dos recursos venha do BNDES, o secretário adiantou que a intenção do governo é que boa parte dos investimentos possa vir do mercado de capitais, "seja da poupança interna mas, principalmente, de investidores internacionais". Até 2025, de acordo com Caffarelli, os investimentos mapeados ultrapassam R\$ 1,5 trilhão.

O secretário disse que os agentes que atuam no mercado de capitais – empresas e investidores – devem estar protegidos por uma regulação forte e eficaz, de modo a inibir condutas que tragam prejuízos aos participantes. Segundo ele, as empresas listadas na Bolsa de Valores brasileira (BM&FBovespa) totalizam valor de mercado de R\$ 2,7 trilhões. “Porém, devemos ter em conta que a participação do mercado acionário como funding (fonte de recursos) para as nossas empresas é ainda muito baixa”.

Do total de investimentos destinados a empresas no Brasil, apenas 11% provêm do mercado de renda fixa privado e 1% dos financiamentos privados são obtidos no mercado acionário. Informou ainda que as pessoas físicas representam 14% do total de investidores do mercado de capitais e os investidores estrangeiros, 50%. “Faz-se necessário facilitar a ocorrência de novas captações e de investidores pessoas físicas”, disse.

Caffarelli destacou que há desafios estruturais a serem superados, e eles passam pela criação de condições que permitam a redução consistente e sustentável da taxa real de juros brasileira. Essas condições serão alcançadas por meio dos pilares básicos da economia, que são a adoção de uma política fiscal responsável, o respeito ao regime de câmbio flexível e o cumprimento do regime de metas da inflação que “há dez anos estão abaixo da parte superior da meta”, indicou.

O secretário lembrou que a reforma regulatória dos mercados financeiros internacionais é uma preocupação constante dos países que integram o G20 (grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia), com objetivo de evitar a repetição de crises como a que ocorreu no mundo em 2008.

Caffarelli espera que na Cúpula de Líderes do G20 que ocorrerá em Brisbane, na Austrália, em novembro próximo, seja apresentada a conclusão das linhas gerais da reforma do setor bancário e das regras que visam solucionar o problema das grandes instituições bancárias que podem falir. Destacou que também as seguradoras estarão sujeitas a normas que assegurem maior estabilidade do sistema financeiro e que evitem que o custo de eventuais problemas recaiam sobre os governos e seus contribuintes.

Agência Brasil

[Para Jorge Gerdau, 'só o mercado sabe' futuro do minério de ferro](#)

Fonte: Portos e Navios

Publicada em: 03/10/2014 às 01h34

SÃO PAULO - O empresário Jorge Gerdau Johannpeter afirmou nesta quinta-feira que “só o mercado sabe” qual será o futuro dos preços do minério de ferro. Neste ano, o preço do produto tem renovado mínimas históricas. Mas o empresário acredita que as empresas precisam se adaptar ao cenário.

“Tem que usar a inteligência para adotar as políticas necessárias nesse quadro. Algumas empresas poderão se beneficiar”, afirmou o empresário a jornalistas, após palestra durante evento da International Organization of Securities Commissions (**Iosco**), que

reúne diversos órgãos reguladores do mundo, realizada no Rio.

Governança corporativa

Ao falar sobre governança corporativa no evento, o empresário defendeu que "é uma peça-chave para as empresas". De acordo com ele, no Brasil, são as empresas estatais que, hoje, têm as maiores lacunas nesse aspecto. "Onde é que tem a maior carência de governança hoje? É na própria área governamental", afirmou.

Gerdau fez parte do conselho de administração da Petrobras até abril, quando sua vaga passou a ser ocupada por indicação de acionistas minoritários da petroleira. Ele disse que gostaria de ver no setor público o mesmo nível de governança que se atingiu atualmente no setor privado brasileiro, segundo ele, "muito por influência do mercado financeiro internacional, indiscutivelmente". Para Gerdau, o incremento da governança no setor público viria em benefício da sociedade e do desenvolvimento como um todo.

“Por que a governança do setor privado funciona? Deus nos deu duas coisas, a dor e a morte . Quando a gente tem dor a gente trata. E o temor da morte faz a gente planejar e olhar para a frente porque a empresa morre se não tiver planejamento estratégico. Agora, esse temor da morte no governo não existe e, conseqüentemente, a governança deveria ser mais importante. Ainda mais em país como nosso, em que 40% do PIB está só com a gestão do setor público”, afirmou.

Gerdau diz que não vê um debate acadêmico sobre a governança no setor público, embora haja muitos trabalhos sobre o setor privado. “Talvez estejamos vivendo um dos momentos mais interessantes desse conflito existente nas empresas estatais. Toda vez que estatal abre capital, deveria haver definição básica, não sei se pensada pela própria CVM [Comissão de Valores Mobiliários], se essa empresa vai seguir regras de mercado e atender o mercado para buscar a realização de resultados.”

O único comentário que o empresário fez sobre a Petrobras foi que, na época do bilionário aumento de capital da petroleira, a empresa se descreveu como estatal, e que teria políticas de preço. Segundo o empresário, ela fez uma “observação protecionista” de certo modo.

Mercado de Capitais

[Gerdau critica uso de estatais de capital aberto](#)

Empresário diz que há interesses distintos de acionistas minoritários e controladores nas companhias estatais no País

Fonte: Jornal do Comércio - Impresso

Editoria: Economia

Publicada em: 03/10/2014 às 00h00

Próximo ao governo Dilma Rousseff, à frente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter criticou publicamente, nesta quinta-feira, o uso de companhias estatais de capital aberto como instrumento de implementação de políticas de governo. Criada em 2011, a câmara tinha por objetivo levar para o setor público uma gestão nos moldes do setor privado, mas a ideia não vingou.

Ao tratar do tema governança corporativa em palestra na 39ª Conferência Anual da **Iosco** (entidade internacional das comissões de valores mobiliários), no Rio, ele mencionou que há hoje interesses distintos de acionistas minoritários e controladores nas companhias estatais no País. Segundo ele, o conflito entre políticas de governo e os interesses das empresas trazem “consequências terríveis sobre o mercado de capitais”. O acionista, avalia, deve ser esclarecido.

“Deveria ser exigência quando uma empresa estatal vai ao mercado de capitais (dizer) se essa empresa vai seguir regras de mercado ou vai se subordinar aos interesses do controlador que impõe as suas regras, aos interesses de políticas de governo”, disse, mencionando as companhias do setor elétrico como exemplo. Ele pediu a atenção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Gerdau também atacou a falta de governança no setor público. Para o empresário, existe um avanço na implementação da governança no setor privado brasileiro, mas não há debate sobre o tema no médio e longo prazos na esfera governamental. Para o executivo, o tema preocupa, porque a eficiência final do setor privado depende da governança pública.

“A governança é peça chave. Mas onde há a maior carência de governança hoje? Na área governamental. O temor da morte faz a gente olhar para a frente, porque a empresa morre se não tiver planejamento estratégico. O temor da morte no governo não existe.”



Para líder empresarial, falta governança no setor público brasileiro (Foto: FREDY VIEIRA/JC)

[Gerdau avalia importância das pequenas e médias empresas](#)

Fonte: Monitor Mercantil

Editoria: FINANCEIRO

Publicada em: 02/10/2014 às 19h07

Ainda que seja positiva, a entrada de pequenas e médias empresas (PMEs) no mercado de capitais deveria ser feita de modo mais cuidadoso e com mais discussões, segundo o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

“O debate e o balanceamento sobre a abertura de capital das PMEs deve ser feito com todo o cuidado, porque, dentro da minha própria experiência, o custo de manter a estrutura de uma empresa de capital aberto é muito grande”, disse ele, durante a conferência anual da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (**Iosco**, na sigla em inglês).

O executivo afirmou ter dúvidas se valeria a pena que companhias com capital menor (faturamento anual) que US\$ 220 milhões ou US\$ 500 milhões entrem no mercado de capitais e endossou a necessidade do debate e da rediscussão do tema.

“Posso estar enganado com esse número, mas o importante é que essa é uma questão para ser debatida novamente e rediscutida”, afirmou.

Estatais

Para o executivo, as companhias estatais de capital aberto deveriam ter regras mais claras para que o mercado pudesse compreender melhor a quem elas estão submetidas: se estão subordinadas às flutuações do mercado ou às determinações do controlador.

“Não tem nenhum problema uma estatal seguir o mercado ou o controlador. A empresa pode fazer o que quiser, mas deveria ser uma exigência deixar mais claro a quem elas estão submetidas, se vão seguir o mercado ou o controlador”, disse.

Gestão pública

Gerdau aproveitou para criticar também o que chamou de governança governamental e afirmou que a maior carência do assunto reside no setor público e não no privado.

Ele citou que o avanço permitido ao mercado de capitais com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) foi enorme, mas que a governança voltada para a gestão pública continua sendo peça-chave.

“Onde há maior carência de governança? Na área governamental. Eu não me lembro de ter lido um artigo sobre governança no setor público. Gostaria dessa governança que discutimos aqui no setor público, em benefício da sociedade”, afirmou.

Minério

Com agentes de mercado já aguardando uma queda maior de preços do minério de ferro, algumas companhias conseguirão obter benefícios mesmo com o cenário mais adverso, que dependerá “do uso inteligente das flutuações”, segundo afirmou o presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau.

“Algumas empresas vão se beneficiar da queda de preço, isso vai depender do uso inteligente das flutuações de mercado. Vai ser uma guerra de preços ou não? Precisamos esperar para saber”, disse.

O executivo também afirmou que, para a Gerdau o impacto da queda dos preços da matéria-prima será em parte boa e em parte ruim, mas não detalhou de que modo aconteceriam esses reflexos.

[Especialista defende educação financeira para reduzir desigualdade](#)

Fonte: Valor Econômico

Autor: Ana Paula Ragazzi e Diogo Martins

Editoria: Brasil

Publicada em: 02/10/2014 às 17h51

Os países deveriam apostar mais na educação financeira como forma de redução da desigualdade social, afirmou Annamaria Lusardi, diretora acadêmica do Centro de Excelência de Literatura Financeira Global, da Universidade George Washington.

"O analfabetismo existe em todos os países do mundo, mas em níveis diferentes. O grande problema a ser combatido é a falta de conhecimento das pessoas. Iniciativas nesse sentido são importantes ferramentas no combate à desigualdade. Isso poderia ser usado, inclusive, para reduzir a pobreza na África", disse ela ao participar da 39ª Conferência Anual da International Organization of Securities Commissions (**Iosco**), no Rio.

Em sua avaliação, os órgãos reguladores deveriam focar em trabalhos de educação financeira voltados para o público jovem a fim de reduzir o "analfabetismo financeiro" em seus países. Ela disse que os jovens chegam à idade adulta cada vez mais endividados.

"É importante focar nos mais jovens, propor regulações voltadas para esse público. São os jovens que as autarquias vão encarar no futuro", afirmou ela.

No esforço de reduzir o "analfabetismo financeiro", Annamaria disse que os países devem enfrentar o desafio montando programas de educação financeira em três áreas substâncias: escolas, empresas e bibliotecas.

"Esses canais podem ser bem efetivos. Nas escolas você chega às crianças, enquanto no local de trabalho se alcançam os adultos. As bibliotecas são importantes, pois se consegue trabalhar com jovens e adultos no mesmo espaço", disse.

A pesquisadora disse que trabalhos como esse vêm sendo desenvolvidos em vários países, como a Nova Zelândia, onde o "analfabetismo financeiro" é mínimo.

[Gerdau diz que PMEs no mercado de capitais deve ser cuidadoso](#)

Fonte: Monitor Mercantil

Autor: Agência CMA

Editoria: FINANCEIRO

Publicada em: 02/10/2014 às 15h26

Ainda que seja positiva, a entrada de pequenas e médias empresas (PMEs) no mercado de capitais deveria ser feita de modo mais cuidadoso e com mais discussões, segundo o presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johannpeter.

- O debate e o balanceamento deve ser feito com todo o cuidado, porque, dentro da

minha própria experiência, o custo de manter a estrutura de uma empresa de capital aberto é muito grande - disse ele, durante a conferência anual da Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários (**IOSCO**, na sigla em inglês).

O executivo afirmou "ter dúvidas se valeria a pena" que companhias com capital menor (faturamento anual) que US\$ 220 milhões ou US\$ 500 milhões entrem no mercado de capitais e endossou a necessidade do debate e da rediscussão do tema.

- Posso estar enganado com esse número, mas o importante é que essa é uma questão para ser debatida novamente e rediscutida - afirmou.

Agência CMA

[Angola: CMC assina protocolo de cooperação com congêneres das Ilhas Maurícias](#)

Luanda - Um acordo de cooperação no domínio da regulação e supervisão do Mercado de Valores Mobiliários e Derivados de Angola e das Ilhas Maurícias foi assinado segunda-feira, no Rio de Janeiro (Brasil), à margem da 39ª Conferência Anual da Organização das Comissões de Valores (**IOSCO**).

Fonte: Portal Angola

Publicada em: 02/10/2014 às 11h39

Rubricaram o acordo, os presidentes da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e de Serviços Financeiros (FSC), Archer Mangureira e Clairete Ah-Hen, respectivamente.

Segundo uma nota de imprensa da CMC a que a Angop teve acesso hoje, quinta-feira, em Luanda, o pacto visa garantir a troca de informações entre as duas instituições para permitir assegurar a transparência e agilizar a detecção de fraudes que possam ocorrer no mercado.

Consta ainda do propósito do acordo, identifica-se áreas de formação e assistência técnica necessária, para facilitar o desenvolvimento do quadro regulamentar dos valores mobiliários, cotações futuras e outros mercados de veículos de investimento, tanto em Angola como nas Ilhas Maurícias.

Os membros filiados da IOSCO regulam mais de 95 por cento dos mercados de capitais em todo o mundo, em cerca de 110 jurisdições.

A delegação da CMC participa nesta conferência anual como membro observador, categoria das instituições candidatas a membros de pleno direito.

[Fazenda defende fortalecimento do mercado de capitais](#)

Fonte: Portal Brasil

Publicada em: 02/10/2014 às 11h22

Avançar na conclusão e implementação das reformas dos mercados financeiros é uma

preocupação dos países do G20 e estará na pauta da reunião de cúpula, que acontece em novembro, na Austrália, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Paulo Caffarelli.

O anúncio foi feito durante a abertura da 39ª Conferência Anual da Organização das Comissões de Valores (**Iosco**, na sigla em inglês), que ocorreu nessa quarta-feira (1º), no Rio de Janeiro (RJ).

No caso específico do Brasil, Caffarelli defendeu a ampliação e o fortalecimento do mercado de capitais como fundamentais para financiar os cerca de R\$ 500 bilhões de investimentos previstos na agenda do governo até 2017.

Segundo ele, o valor de mercado das companhias listadas na bolsa de valores brasileira está ao redor de R\$ 2,7 trilhões, mas a participação do mercado acionário como fonte de recursos para as empresas ainda é baixo.

“Para se ter uma ideia, o mercado de renda fixa privada no Brasil gira ao redor de 11% do total do funding destinado às empresas. E apenas 1% do financiamento privado concerne ao mercado acionário”, disse Caffarelli.

Este ano, disse ainda o secretário, foram captados apenas R\$ 15 bilhões em ofertas primárias, valor abaixo das necessidades do País. “Portanto, faz-se necessário facilitar a ocorrência de novas captações e de investidores pessoas físicas”, afirmou Caffarelli.

O secretário enfatizou que o governo vem adotando medidas para estimular o mercado de dívida privada, importante para o financiamento dos investimentos brasileiros.

Por fim, Caffarelli citou a redução a zero do Imposto de Renda para pessoas físicas e de 15% para pessoas jurídicas que aplicam em debêntures vinculadas a projetos de infraestrutura.

Fonte:

Ministério da Fazenda

[Estrangeiro lidera negócios no rali da Bolsa](#)

Investidores não residentes foram responsáveis por 52,2% do volume negociado na Bovespa em setembro; governo incentivou participação

Fonte: Brasil Econômico

Autor: Alessandra Taraborelli

Publicada em: 02/10/2014 às 09h03

A participação do investidor estrangeiro na Bovespa em setembro é a maior desde janeiro de 2010. Segundo dados da Bolsa, até o dia 29 do mês passado, o investidor estrangeiro foi responsável por 52,2% do volume total negociado, com R\$ 92,8 bilhões em compras e R\$ 88,4 bilhões em vendas. O movimento mostra que os estrangeiros

estão menos preocupados com as questões de curto prazo, como a eleição para presidente da República, que tem levado a Bolsa a ir do céu ao inferno a cada nova pesquisa eleitoral.

No último dia 29, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deu mais uma força para aumentar a presença desse segmento na Bolsa. A resolução autoriza não residentes no País a usar contas mantidas no Brasil para fazer aplicações. Os investidores também poderão emitir ordem de pagamento do exterior, em reais. Até agora, somente empréstimos e financiamentos no exterior e investimentos diretos contavam com essa possibilidade. Os aplicadores estrangeiros precisavam fazer duas operações de câmbio. Uma, transferindo recursos da conta no Brasil para o exterior. Depois, convertendo a moeda estrangeira em real para ingressar no País. A mudança entra em vigor no dia 2 de março de 2015.

De acordo com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Leonardo Pereira, que participou ontem da 39ª Conferência Anual da **Iosco**, a resolução não apresenta risco e foi estudada por mais de um ano pelo comitê de risco interno da associação. “Estamos bastante confortáveis de que isso não apresenta aumento de risco. É uma coisa que traz mais possibilidade para os estrangeiros investirem no Brasil. Estamos bastante confortáveis com a decisão”, diz, acrescentando que a decisão não vai de encontro com as definições de **Iosco**. “Pelo contrário, estamos bastante alinhados. Nós fazemos parte do Comitê de Mercados Emergentes e em Crescimento da **Iosco**, então estamos falando em consonância tanto na parte digital, quanto na questão da política monetária”, diz.

Esse temor político do investidor doméstico parece passar ao largo do estrangeiro. Para o diretor da Mirae Asset Securities, Pablo Spyer, o gringo investe pensando no longo prazo e, esse tipo de avaliação não faz sentido. “O doméstico está suscetível às pesquisas políticas. Isso não é correto, é coisa de especulador. Nunca estrangeiro investiu tanto na Bolsa”, afirma.

Spyer avalia que esse movimento faz parte do excesso de liquidez no mercado internacional e também é consequência do fato de o investidor norte-americano estar preocupado com o término do programa de incentivo do governo dos Estados Unidos, este mês. Ele lembra que as bolsas por lá têm batido recordes de valorização e avalia que quando o programa acabar pode haver uma forte realização de lucros por lá, o que poderia trazer mais recursos para o Brasil. “O dólar subiu no mês passado quase 10% isso significa que, em dólares, a Bolsa está 10% mais barata, ou seja, está dando oportunidade de compra”, avalia.

De acordo com Spyer, a única coisa que levaria o estrangeiro a tirar os recursos em massa da Bolsa, seria o Brasil perder o grau de investimento. O especialista lembra que existem alguns fundos globais que, por Lei, só podem investir em país com grau de investimento. “Isso, sim, levaria a Bolsa a desmoronar e os estrangeiros irem embora daqui”, estima.

A cada nova pesquisa, a Bolsa vai de um extremo ao outro. Quando os levantamentos mostram que há possibilidade da oposição derrotar o atual governo, a Bolsa sobe e bate recordes. O mesmo acontece de forma negativa, quando a pesquisa indica que a presidente Dilma Rousseff continuará no comando do País por mais quatro anos. Para

se ter uma ideia, o Ibovespa encerrou setembro com queda de 11,7%, maior declínio mensal desde maio de 2012, refletindo a pesquisa eleitoral que mostrou recuperação da candidata do PT. Ontem, não foi diferente e a Bolsa amargou nova perda, de 2,32%.

Pereira, da CVM, disse que o órgão está acompanhando a intensa volatilidade no mercado de capitais e que, até agora, não há nada que indique movimentos fora do padrão.

O diretor internacional da Gradual Investimentos, Cláudio Pacini, lembra que em todas as eleições sempre é verificado forte volatilidade. “A Bolsa sempre reage com velocidade e movimentos brutos de alta e de baixa, principalmente com as ações de maior peso, como Petrobras e bancos”, lembra, ressaltando ainda que este é um movimento típico do especulador. “Você percebe pela velocidade com que as ações sobem e caem, são traders de volatilidade operando o momento. Os fundamentos das empresas ficaram de lado”, diz.

Pacini, no entanto, avalia que passada a eleição a racionalidade deve voltar aos negócios. “O mercado, como tudo na vida, se ajusta”, pondera. “Acredito que seja quem for o novo presidente, a condução da política econômica vai ser feita de forma coerente. Nenhum deles vai arriscar ir na contramão das expectativas do mercado. Também não acho que Dilma vai mudar loucamente a política econômica. Acho que não vai ter mudança brusca”, avalia.

Ontem, os investidores de bonds parecem ter começado a considerar que a vitória de Dilma deve se confirmar, e isso fez o mercado de dívida corporativa do país registrar a maior queda em 15 meses. As notas caíram 2,3% no mês passado até 29 de setembro, quase o triplo do declínio médio dos bonds de empresas de mercados emergentes. A Petrobras, maior emissora de dívida no exterior entre as empresas de países em desenvolvimento, com US\$ 55 bilhões em bonds, viu seus títulos recuarem 2,9%.

[Iosco alerta sobre risco em mercados de valores](#)

Fonte: Jornal do Commercio - Impresso - Flip

Publicada em: 02/10/2014 às 00h00

Melhorar a regulação e a coordenação entre os órgãos reguladores dos mercados financeiros mundo afora, num contexto em que a retirada de estímulos por parte dos bancos centrais dos países desenvolvidos e a consequente elevação nas taxas de juros deverão aumentar a volatilidade e mexer nos preços, é um dos desafios da International Organization of Securities Commissions (**Iosco**). “Estamos vivendo numa bolha de liquidez, que aumentou a alavancagem, e todos se perguntam o que acontecerá quando os juros começarem a subir”, disse o presidente da **Iosco**, Greg Medcraft. O Relatório de Riscos dos Mercados de Valores, lançado ontem pela entidade, diz que a identificação do “risco sistêmico tem importância crescente”. B-1

[Llega para vigilar al mercado](#)

Clarín.com. Noticias de la Argentina y el mundo. Información actualizada las 24

horas y en español. Informate ya
Fonte: Clarín
Editoria: Política
Publicada em: 02/10/2014 às 00h00

Alejandro Vanoli recibió la orden de hacerse cargo del Banco Central en Río de Janeiro. Estaba allí representando a la Argentina en la reunión anual de **IOSCO**, la Organización Internacional de Comisiones de Valores, que se desarrollaba desde el 28 de setiembre al 2 de octubre. Por lo que se sabe, Vanoli acató la orden sin titubear, de la misma manera que lo hizo cuando era el número 2 de ese organismo y, en noviembre de 2009, renunció Eduardo Hecker a la presidencia de la CNV, por una pelea con el entonces secretario de Comercio Guillermo Moreno.

Vanoli venía haciendo méritos ante la mirada de la Presidenta Cristina Kirchner, criticando no solo la operatoria del dólar blue sino la misma difusión de las cotizaciones del mercado paralelo.

En las últimas semanas recopiló información diaria sobre el movimiento de dólares en el mercado bursátil. Esa información fue la que utilizó la Presidenta el martes por la noche para señalar tanto el volumen de dinero que por allí circula, como también a los principales jugadores del mercado “contado con liqui” y “dólar Bolsa”.

Vanoli llega al Central para realizar tareas parecidas, según dijeron personas de su confianza: vigilar que se cumplan las reglas en el mercado cambiario, coordinando esfuerzos con la CNV, la UIF y la AFIP. De hecho, tiene clarísimo que muchas empresas se volcaron a ese mercado tanto para sacar dólares como para ingresarlos a un tipo de cambio muy superior al oficial. Dentro de la legalidad, las empresas compraron y vendieron dólares a \$15. Vanoli sabe, y se supone que Kicillof también, que prohibir o trabar estos mercados provocaría una disparada en el dólar blue.

El nuevo jefe del BCRA sabe que no tendrá influencia en el volumen de dólares que se liberará a los importadores, ni en la fijación de las tasas de interés de referencia, ni en el ritmo de emisión monetaria. “Tiene claro que esas tareas quedarán bajo el control de Kicillof” aceptaron sus allegados.

En verdad, no cumplirá un rol demasiado distinto al que desempeñó hasta ayer mismo Juan Carlos Fábrega, que se sentó sobre las reservas, le pasó al Tesoro todos los pesos que le requirieron y mantuvo tasas de interés reales negativas. La diferencia es que Fábrega mostró cierta resistencia en bajar más las tasas como quería Kicillof. Tal vez ahora, el ministro no encuentre reparos si busca tanto bajar las tasas de interés como acentuar políticas de crédito dirigido a determinados sectores de la economía.

[CVM reforça controle de uso de informações privilegiadas](#)

Fonte: Folha Vitória
Publicada em: 01/10/2014 às 22h11

Rio - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou uma força tarefa para incrementar sua atividade de "enforcement" (garantir o cumprimento da regulação e a aplicação de sanções adequadas) e, em especial, monitorar o uso de informações privilegiadas.

De acordo com o presidente da autarquia, Leonardo Pereira, o planejamento estratégico desenvolvido pela autarquia em 2013 prevê iniciativas como a centralização de informações recebidas pelas divisões ligadas a essas atividades e a expansão do sistema de informática da CVM, tornando o procedimento de coleta de informações 100% eletrônico.

Pereira afirmou que dentre as iniciativas o regulador passou a monitorar de perto os detentores de informações primárias das companhias abertas, seus administradores, 15 dias antes da divulgação de suas informações financeiras.

Além disso, o presidente também mencionou o comprometimento com prazos para a análise e julgamento de processos. Segundo ele a ordem é limpar as prateleiras e até o fim de 2015 zerar o total de processos iniciados antes de 2013. A partir de 2016 a meta é que os julgamentos ocorram em até dois anos.

"Levar a julgamento um caso velho, de dez anos, não é positivo. Nosso desafio é acelerar fases do processo sem perder qualidade. A Justiça que tarda falha", disse.

Casos polêmicos como os que deram origem às acusações de uso de informação privilegiada e manipulação de mercado contra o empresário Eike Batista têm gerado críticas de investidores à atuação da CVM, tanto do lado da prevenção quanto da punição.

Em seu discurso na 39ª Conferência Anual da **Iosco**, nesta quarta-feira, 1, Pereira tentou bater na tecla de que há um esforço da autarquia para acelerar processos e realizar investigações consistentes. Segundo ele, o enforcement eficaz é essencial para a credibilidade do mercado.

"Um mercado saudável não pode lidar com o uso de informação privilegiada", disse para uma plateia de agentes de mercado e reguladores internacionais.

[CVM reforça controle de uso de informações privilegiadas](#)

Fonte: Jornal do Comércio

Publicada em: 01/10/2014 às 19h17

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou uma força tarefa para incrementar sua atividade de "enforcement" (garantir o cumprimento da regulação e a aplicação de sanções adequadas) e, em especial, monitorar o uso de informações privilegiadas.

De acordo com o presidente da autarquia, Leonardo Pereira, o planejamento estratégico desenvolvido pela autarquia em 2013 prevê iniciativas como a centralização de informações recebidas pelas divisões ligadas a essas atividades e a expansão do sistema de informática da CVM, tornando o procedimento de coleta de informações 100% eletrônico.

Pereira afirmou que dentre as iniciativas o regulador passou a monitorar de perto os detentores de informações primárias das companhias abertas, seus administradores, 15

dias antes da divulgação de suas informações financeiras.

Além disso, o presidente também mencionou o comprometimento com prazos para a análise e julgamento de processos. Segundo ele a ordem é limpar as prateleiras e até o fim de 2015 zerar o total de processos iniciados antes de 2013. A partir de 2016 a meta é que os julgamentos ocorram em até dois anos.

"Levar a julgamento um caso velho, de dez anos, não é positivo. Nosso desafio é acelerar fases do processo sem perder qualidade. A Justiça que tarda falha", disse.

Casos polêmicos como os que deram origem às acusações de uso de informação privilegiada e manipulação de mercado contra o empresário Eike Batista têm gerado críticas de investidores à atuação da CVM, tanto do lado da prevenção quanto da punição.

Em seu discurso na 39ª Conferência Anual da **Iosco**, nesta quarta-feira (1), Pereira tentou bater na tecla de que há um esforço da autarquia para acelerar processos e realizar investigações consistentes. Segundo ele, o enforcement eficaz é essencial para a credibilidade do mercado.

"Um mercado saudável não pode lidar com o uso de informação privilegiada", disse para uma plateia de agentes de mercado e reguladores internacionais.

[CVM reforça controle de uso de informações privilegiadas](#)

Comissão criou uma força tarefa para incrementar sua atividade de "enforcement"

Fonte: Exame

Autor: Mariana Durão

Editoria: Mercados

Publicada em: 01/10/2014 às 19h12

Rio - A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou uma força tarefa para incrementar sua atividade de "enforcement" (garantir o cumprimento da regulação e a aplicação de sanções adequadas) e, em especial, monitorar o uso de informações privilegiadas.

De acordo com o presidente da autarquia, Leonardo Pereira, o planejamento estratégico desenvolvido pela autarquia em 2013 prevê iniciativas como a centralização de informações recebidas pelas divisões ligadas a essas atividades e a expansão do sistema de informática da CVM, tornando o procedimento de coleta de informações 100% eletrônico.

Pereira afirmou que dentre as iniciativas o regulador passou a monitorar de perto os detentores de informações primárias das companhias abertas, seus administradores, 15 dias antes da divulgação de suas informações financeiras.

Além disso, o presidente também mencionou o comprometimento com prazos para a análise e julgamento de processos. Segundo ele a ordem é limpar as prateleiras e até o fim de 2015 zerar o total de processos iniciados antes de 2013. A partir de 2016 a meta

é que os julgamentos ocorram em até dois anos.

"Levar a julgamento um caso velho, de dez anos, não é positivo. Nosso desafio é acelerar fases do processo sem perder qualidade. A Justiça que tarda falha", disse.

Casos polêmicos como os que deram origem às acusações de uso de informação privilegiada e manipulação de mercado contra o empresário Eike Batista têm gerado críticas de investidores à atuação da CVM, tanto do lado da prevenção quanto da punição.

Em seu discurso na 39ª Conferência Anual da **Iosco**, nesta quarta-feira, 1, Pereira tentou bater na tecla de que há um esforço da autarquia para acelerar processos e realizar investigações consistentes. Segundo ele, o enforcement eficaz é essencial para a credibilidade do mercado.

"Um mercado saudável não pode lidar com o uso de informação privilegiada", disse para uma plateia de agentes de mercado e reguladores internacionais.